



Ata

14.ª Reunião de Câmara | Extraordinária

19 de abril de 2022, 18:00h

Maia, Paços do Concelho | Videoconferência

Ao décimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, realizou-se a 13.ª (décima terceira) reunião de Câmara, extraordinária, na sala da Vereação, sita no 3.º (terceiro) piso do Edifício dos Paços do Concelho.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
9. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes por motivos devidamente justificados, o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, que foi substituído pela Senhora Vereadora Susana Maria Pereira Junqueira Neto Garrido, e a Senhora Vereadora Sandra Raquel



Vasconcelos Lameiras, que foi substituída pela Senhora Vereadora Maria João Neno Escobar.

A reunião teve início pelas dezoito horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Documentação de Prestação de Contas Individuais de 2021 - Relatório e Contas Individuais de 2021, do município da Maia

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota que era um novo ciclo, tendo já a nova equipa aprovado as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, mas como as contas em análise eram referentes ao ano de 2021 e este Executivo tinha apenas cerca de dois meses de exercício e em coerência com o voto de anos anteriores, o voto do Partido Socialista seria contra.

Depois de submetidos a discussão e votação, foram os Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2021 – Relatório e Contas Individuais de 2021, **aprovados por maioria, com os votos contra do Partido Socialista**, que apresentaram Declaração de Voto de Vencido, anexa à ata.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

2. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do exercício de 2021 e respetiva avaliação

Depois de submetido a discussão e votação, foi o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do exercício de 2021 e respetiva avaliação, **aprovado por maioria, com os votos contra do Partido Socialista**, que apresentaram Declaração de Voto de Vencido, anexa à ata.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

3. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)



Depois de submetidos a discussão e votação, foram os Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas de 2021, **aprovados por maioria, com os votos contra do Partido Socialista**, que apresentaram Declaração de Voto de Vencido, anexa à ata.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

4. Relatório e Contas de 2021 da Maiambiente, E.M.

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

5. Prestação de Contas do ano de 2021 da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

6. Relatório de Gestão e Contas do ano de 2021 da Fundação Conservatório de Música da Maia

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

7. Relatório de Gestão de Contas referente ao ano de 2021 e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas da Espaço Municipal – E.M. S.A.

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.



8. Relatório e Contas de 2021 do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

9. Relatório e Contas da Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. – Em Liquidação referente ao exercício de 2021, incluindo o Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 18:51h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por quatro (4) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 19 de abril de 2022



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Vereação

Declaração de Voto

Análise da Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2021 da Câmara Municipal da Maia, Património Inventari, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, e ainda das Empresas Maiambiente, da Empresa Metropolitana de Estacionamento, da Fundação do Conservatório de Música da Maia, da Espaço Municipal, da TECMAIA e do Fundo Maia Imo.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, vêm nos termos do artigo 35º do Código do Procedimento Administrativo, apresentar a sua **DECLARAÇÃO de VOTO VENCIDO**, acerca das Prestações de Contas acima referidas.

Sobre as Contas da Câmara Municipal, consideramos que a análise de um documento desta importância com um conjunto de mais de 2.000 páginas, que se deviam traduzir num documento abrangente, quer tecnicamente quer politicamente, e que acaba por se manifestar num simples conjunto de informações dispersas e avulsas que dificultam uma leitura e interpretação detalhada e precisa dos documentos.

Salientamos ainda que, quer a nível político, quer em termos de gestão, os documentos que nos apresentam são, sem qualquer dúvida, os mais importantes do ano em causa, pois deveriam refletir a história económico-financeira do Município com rigor.

Almeida

Os Vereadores, ao longo dos tempos, com especial relevo para o período agora analisado, foram impedidos de aceder ao detalhe das contas do Município, bem como foram ocultados vários documentos, apesar de terem sido solicitados por diversas vezes. Obviamente, este comportamento reiterado, além de ilegal, traduz uma prática corrente de violação da lei, ao tentar esconder por todos os meios, a verdade a que os Maiatos têm direito de saber.

Num ano especialmente importante, talvez o mais marcante deste século, exigia-se que a Câmara Municipal da Maia, estivesse ao lado da sua população.

Apresentamos diversas medidas de apoio, sobretudo para os que mais precisam, deparamo-nos sempre com a mesma resposta, de que as medidas propostas pela maioria PSD/PP eram mais do que suficientes. Obviamente, que o que ouvíamos por parte da população era precisamente o oposto, apercebemo-nos que se começava a instalar uma grave crise social, que se abateu sobre muitas famílias. A Coligação “Maia em Primeiro”, quis aumentar a receita Municipal, e baixar a despesa, sem qualquer sensibilidade para quem devia estar em Primeiro, as Famílias da Maia.

Assistimos, nesse mesmo período de necessidades das Famílias, a um esbanjamento de dinheiros públicos, com a compra de obras de arte, com aquisição de dezenas de carros, realização de adjudicações de assessorias e de publicações pagas na “imprensa”, assim como a produção e distribuição de inúmeras revistas e panfletos.

A Pandemia por Covid19 marcou decisivamente o início do século, com consequências socioeconómicas devastadoras que atingiram também a população do Concelho da Maia e as suas empresas. É assim, com muita surpresa, que olhamos para os resultados da Autarquia e verificamos a resposta inexistente, ou quando muito desprezável, que foi dada aos cidadãos e às empresas.



A Autarquia da Maia conseguiu, neste ano de calamidade, cobrar mais, marcando assim, um máximo histórico de arrecadação de impostos (arrecadou mais 1 milhão de euros), mesmo com a baixa do IMI. O Município da Maia conseguiu fazer o contrário do que era necessário.

Nesta altura em que as Entidades públicas deveriam alavancar a economia com Investimento público, e, não menos importante, através de programas de despesa para apoio dos Municípios, a Maia fez exatamente o oposto.

Faltaram programas complementares aos do Governo Central para disponibilizar meios que garantissem as necessidades básicas de sobrevivência das famílias que tenham sido atingidas pelo flagelo do desemprego e ou doença. Tornou-se imperioso a necessidade de diminuição da carga fiscal para as famílias e para as empresas, acompanhada de medidas de incentivo ao consumo no comércio local. Enfim, medidas de ajuda ao pequeno comércio e à restauração, às pessoas que ficaram sem meios de sustento, mas com obrigações para cumprir.

O Estado Central, entregou este ano ao Município, e mais uma vez, um forte aumento de transferências (cerca de mais 1,2 Milhões de euros), tendo assim, um grande peso nas receitas Municipais.

Existem ainda outras receitas correntes contabilizadas de 1.292.354€, em nome da TECMAIA, o que nos merece reservas.

Assim, o resultado da Autarquia é desapontante e demonstra claramente que o Executivo não esteve, nem está, à altura dos desafios que a situação que estamos a passar exige, com um resultado líquido de 8,1 Milhões de euros, com a contribuição da constante venda e delapidação de imóveis do Município, que este ano, tal como nos anos anteriores, teve uma grande importância, com a arrecadação de 2,2 Milhões de euros. Destaque ainda para o valor registado no final do ano de 2021, de 264.000€, do programa de apoio à economia local, valor este longe dos 1.200.000€, que o executivo e a sua campanha eleitoral afirmaram em Agosto já ter liquidado!!

Nas despesas, não podemos deixar de referir o baixo valor para a solidariedade, face às necessidades obvias, e ainda para o baixo valor transferido para as Juntas de Freguesia (o parceiro pobre), numa plena e justa descentralização de funções e competências, que iria trazer mais e melhores resultados na resolução dos problemas urgentes da população.

Em suma, muito mais podia ter sido realizado para alavancar a recuperação económica e o apoio às famílias neste Concelho.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, aumentou a sua margem de lucro na venda de água, o que poderia, como propusemos ter dado um maior apoio às famílias Maiatas.

Verifica-se que o valor da venda da água e das prestações de serviço aumentou ligeiramente relativamente ao ano anterior. Regista-se ainda a diminuição dos custos com a água em alta.

No entanto, importa realçar que ainda temos muitos imóveis na Maia, sem contador, facto este que é vital para uma terra que ser mais moderna e mais eficiente e sustentável ambientalmente.

As perdas de água, ainda têm um grande valor, situando-se nos 18%, um valor muito alto, face aos melhores indicadores nacionais.

O investimento da empresa, na rede, na fiscalização e modernização, é objetivamente curto, e é fundamental esse investimento, face às muitas falhas conhecidas e assinaladas. O novo PRR, vai trazer um forte apoio para esta área, e esperamos que a empresa saiba captar os fundos necessários, a uma modernização de todos os sectores do SMEAS.



A empresa Maiambiente recebeu em 2021 do Município, cerca de 3 Milhões de euros. Para uma empresa que fatura 8 Milhões de euros, as suas receitas próprias são muito baixas.

De referir ainda o constante aumento de reclamações, face aos novos tarifários.

A dívida a fornecedores aumentou para 1,2 Milhões de euros.

Assim, pode-se concluir que o cenário é preocupante e nada coerente com o discurso de solvabilidade apresentado nos últimos anos, dado que sem os subsídios à exploração a empresa não teria viabilidade económica.

Urge assim, refletir sobre o futuro da empresa a medio e longo prazo.

A empresa Espaço Municipal, é desde o exercício de 2017, um caso de estudo, onde tudo corre mal, ou por ataques de Hakers, ou por falta de tempo, ou por falta de documentos, as contas parecem sempre envoltas numa neblina de caos, donde será difícil sair com os atuais protagonistas. Nesta empresa, as dívidas a clientes atingem os 740.000€, que é obviamente um valor demasiado alto e que merece reflexão. As dívidas ao estado no montante de 504.574€, sobre o IRC, não estão explicadas convenientemente, embora impugnadas, não têm sido eficazes, pois já tiveram de ser liquidados 176.210€ e o remanescente da dívida tem como garantia a penhora de imóveis. Com um resultado muito baixo, vive com as constantes transferências do Município.

Sobre a empresa TECMAIA, como bem sabemos, os valores aí investidos, bem como os valores a receber, serão dados como perdidos num futuro próximo, fruto da gestão danosa. O processo de liquidação da empresa, continua a ser adiado desde 2016. Aliás conforme a Assembleia de 7 de Outubro de 2020, cujo impasse fica assente na falta de confiança e de presença dos restantes acionistas. Os processos judiciais continuam a ser o dia a dia da empresa, e mesmo em 2021 continuam a crescer. Diz agora a empresa que os montantes liquidados e em

aberto pelo Município, pela reversão dos administradores é de 1.292.000€,  montante este acima do relatado nas redes sociais municipais e outros. Obviamente que a dissolução da empresa, vai trazer para o Município um prejuízo de alguns Milhões de euros, daí o interesse em adiar a dissolução da Tecmaia.

O Fundo Maia Imo, é uma espécie de “Mundo à parte”, onde impera a falta de informação, embora o Município seja o dono de 100% do Capital. Esse Fundo, que segundo o atual Presidente, nada vende sem sua autorização ou da Câmara, tendo-se verificado precisamente o contrário, já que se realizaram transações sem conhecimento dos órgãos autárquicos municipais, numa opacidade inaceitável, para os padrões de gestão autárquica que defendemos, com transparência, rigor e estratégia bem definida.

Nas contas existe um passivo de mais de 4 Milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos, com um resultado líquido positivo, graças à venda de 3 imóveis (Rua da Fábrica, Novo Centro Cívico e Lote ao Complexo Desportivo).

Vamos, obviamente, solicitar mais uma vez, informação sobre estas e outras vendas, e também vamos propor a liquidação imediata deste Fundo.

Na Empresa Metropolitana de Estacionamento assistiu-se à demissão do seu Administrador Dr. Francisco Nogueira da Costa, um assunto sobre o qual continuamos à espera das razões que levaram à sua demissão. Sobre a atividade da empresa, não tem sentido a sua existência nos moldes atuais. Quanto valeria a concessão do parque e dos estacionamento à superfície? Obviamente que qualquer solução era melhor do que a atual. As contas apresentadas são o espelho dessa triste realidade, com resultados mínimos.



A Fundação do Conservatório de Música da Maia, levanta muitas dúvidas, quer na sua atividade, quer no seu financiamento. A transferência do Município é uma das receitas mais significativas da empresa, que presta um serviço cultural. Como se pode analisar, a sua atuação é parca, e as suas contas são de receita quase nula. É uma empresa que precisa de ser repensada, pois no atual modelo evidencia várias fragilidades, e não tem qualquer pensamento económico a medio ou a longo prazo. A transferência de 175.000€, para o capital fundacional, é vital para a sobrevivência da Fundação.

Em resumo, queremos deixar claro, que apenas com uma Auditoria Independente e Externa, será possível apurar a real e verdadeira situação económica e financeira do Município, dando assim início a Um Novo Futuro, a bem da Maia e dos Maiatos, que assim o exigem.

Nestes termos, e numa posição responsável, os Vereadores do Partido Socialista, VOTAM CONTRA os pontos 1, 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, bem como dão nota da sua Oposição e não Concordância, com as Contas das Empresas Municipais.

Maia, 13 de Abril de 2022

Os Vereadores do Partido Socialista

Francisco Vieira de Carvalho

António Leite Ramalho

António Peixoto

Paulo Sérgio Rocha

Maria João Escobar

